

**Guilherme de Souza Nucci**

# Manual de Processo Penal e Execução Penal

**12.<sup>a</sup> edição**  
revista, atualizada  
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de processo penal e execução penal / Guilherme de Souza Nucci. – 12. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-5850-3

1. Execução penal. 2. Direito penal – Brasil. 3. Processo penal – Brasil. 4. Direito penal. I. Título.

13-07774

CDU: 343.1(81)

# Sumário

## *Capítulo I* CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

1. Constituição.....	1
2. Democracia.....	8
3. Princípios constitucionais.....	9
Síntese .....	13

## *Capítulo II* DIREITOS E GARANTIAS HUMANAS FUNDAMENTAIS

1. Conceito, importância e diferenças.....	15
2. Supremacia da Constituição sobre a legislação em geral.....	21
Síntese .....	25

*Capítulo III*

## PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Conceito de processo penal.....	27
2. O processo penal democrático.....	28
Síntese .....	29

*Capítulo IV*

## PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1. Introdução.....	31
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal.....	32
3. Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	33
3.1 Concernentes ao indivíduo .....	33
3.1.1 Princípio da presunção de inocência.....	33
3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo, favor rei, favor inocentiae, favor libertatis</i> ) e da imunidade à autoacusação .....	34
3.1.2 Princípio da ampla defesa .....	35
3.1.3 Princípio da plenitude de defesa .....	36
3.2 Concernente à relação processual .....	37
3.2.1 Princípio do contraditório .....	37
3.3 Concernentes à atuação do Estado.....	38
3.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes.....	38
• Ponto relevante para debate .....	40
O julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas e o juiz natural e imparcial.....	40
3.3.2 Princípio da publicidade .....	41
3.3.3 Princípio da vedação das provas ilícitas.....	42
• Ponto relevante para debate.....	46
A ilegitimidade da utilização da psicografia como prova no processo penal .....	46
3.3.4 Princípio da economia processual e princípios correlatos e conse- quenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar.....	48
3.3.5 Princípios regentes do Tribunal do Júri .....	50
3.3.5.1 Sigilo das votações .....	50

3.3.5.2	Soberania dos veredictos .....	50
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida .....	51
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar .....	51
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	51
4.1	Concernente à relação processual .....	51
4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	51
4.2	Concernentes à atuação do Estado.....	52
4.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial.....	52
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal.....	53
4.2.3	Princípio da oficialidade .....	54
4.2.4	Princípio da intranscendência.....	55
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato.....	55
5.	Princípios meramente processuais penais .....	56
5.1	Concernentes à relação processual.....	56
5.1.1	Princípio da busca da verdade real .....	56
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz .....	59
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	60
5.1.4	Princípio da comunhão da prova.....	60
5.2	Concernentes à atuação do Estado.....	61
5.2.1	Princípio do impulso oficial .....	61
5.2.2	Princípio da persuasão racional .....	61
5.2.3	Princípio da colegialidade.....	62
Síntese .....		63

### *Capítulo V*

#### SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

1.	Sistema inquisitivo.....	69
2.	Sistema acusatório .....	70
3.	Sistema misto.....	70
4.	Opção do sistema processual brasileiro.....	71
•	Ponto relevante para debate.....	74
Justiça Retributiva <i>versus</i> Justiça Restaurativa .....		74
Síntese .....		76

*Capítulo VI*

FONTES DO PROCESSO PENAL  
E INTERPRETAÇÃO DA LEI  
PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de fonte .....	77
2. Fontes materiais .....	77
3. Fontes formais .....	81
4. Interpretação da lei processual penal .....	82
Síntese .....	83

*Capítulo VII*

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL  
PENAL NO ESPAÇO

1. Princípio da territorialidade .....	85
2. Conceito de tratado e convenção .....	86
3. Regras de direito internacional .....	86
4. Exceção à regra da territorialidade .....	86
5. Conflito entre tratado e direito interno .....	87
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais .....	89
7. Jurisdição política .....	90
8. Justiça Especial .....	91
9. Tribunal de Segurança Nacional .....	91
10. Legislação especial .....	91
Síntese .....	92

*Capítulo VIII*

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL  
PENAL NO TEMPO

1. Regra geral .....	93
2. Normas processuais penais materiais .....	94
Síntese .....	96

*Capítulo IX*

INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS  
FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

1. Introdução .....	97
---------------------	----

2. Conceito de inquérito policial.....	98
3. Polícia judiciária.....	100
4. Outras investigações criminais .....	101
• Ponto relevante para debate.....	101
A possibilidade de o Ministério Público realizar investigação criminal.....	101
5. A classificação das infrações penais pela autoridade policial .....	107
6. Início do inquérito policial.....	108
7. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação.....	108
8. <i>Notitia criminis</i> .....	109
9. <i>Delatio criminis</i> .....	109
10. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro .....	109
11. Requisição, requerimento e representação .....	110
12. Negativa de cumprimento à requisição.....	111
13. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação.....	111
14. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima .....	112
15. Procedimento da autoridade policial .....	113
16. Indiciamento e constrangimento ilegal.....	113
17. Requisição de indiciamento.....	114
18. Motivação do indiciamento.....	114
19. O indiciado como objeto da investigação.....	115
20. Regras do interrogatório .....	116
21. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica.....	117
• Ponto relevante para debate.....	118
A coleta de material biológico para DNA e a presunção de inocência .....	118
22. Reconstituição do crime.....	119
23. Prazo para a conclusão do inquérito .....	120
24. Contagem dos prazos .....	121
25. Cômputo do período de prisão temporária .....	122
26. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial.....	123
27. Instrumentos do crime e objetos de prova .....	123
28. Particularidades do inquérito policial.....	124
28.1 Inquisitivo.....	124
28.2 Sigiloso.....	124
28.3 Incomunicabilidade do indiciado .....	126

29. Relatório final.....	127
30. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público .....	128
31. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade.....	128
32. Termo circunstanciado.....	129
33. Curador .....	129
34. Arquivamento do inquérito e outras providências.....	131
34.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação	131
34.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do proces- so.....	132
34.3 Requerimento de arquivamento em competência originária.....	133
34.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública .....	133
34.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador- -Geral .....	133
34.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito.....	134
34.7 Arquivamento indireto .....	135
34.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal.....	135
34.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências .....	136
35. Trancamento do inquérito policial .....	136
36. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito.....	136
Síntese .....	137

*Capítulo X*  
AÇÃO PENAL

1. Fundamento constitucional.....	139
2. Conceito de ação penal .....	140
3. Espécies de ação penal.....	140
4. Ação penal popular.....	143
5. Processo, procedimento e pressupostos processuais.....	143
6. Início da ação penal.....	144
7. Condições genéricas da ação penal .....	145
7.1 Possibilidade jurídica do pedido .....	146
7.2 Interesse de agir .....	149

• Ponto relevante para debate .....	149
A influência da prescrição virtual no interesse de agir .....	149
7.3 Legitimidade de parte .....	150
7.4 A justa causa para a ação penal.....	152
8. Condições específicas da ação penal.....	152
9. Representação do ofendido .....	153
10. Requisição do Ministro da Justiça .....	157
11. Ação penal privada e suas particularidades .....	158
11.1 Decadência .....	159
11.2 Renúncia.....	161
11.3 Perdão .....	163
11.4 Perempção .....	165
11.5 Ação privada subsidiária da pública .....	167
11.6 Espécies de ação privada .....	169
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa.....	170
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania.....	171
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa .....	172
12.1 Denúncia ou queixa genérica.....	175
12.2 Denúncia ou queixa alternativa.....	175
12.3 Concisão da denúncia ou queixa.....	176
12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento .....	176
12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal.....	177
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa .....	177
• Ponto relevante para debate .....	178
A fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou a queixa .....	178
12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa .....	179
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa .....	180
12.9 Aditamento da queixa pelo Ministério Público.....	180
12.10 Intervenção do Ministério Público na ação penal privada.....	182
12.11 Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem .....	183
13. Reconhecimento da extinção da punibilidade.....	184
13.1 Morte do réu .....	184
13.2 Certidão de óbito falsa.....	185
Síntese .....	186

*Capítulo XI*  
AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1.	Conceito .....	189
2.	Separação da jurisdição.....	190
3.	Sentença condenatória como título executivo .....	192
4.	Sentença concessiva de perdão judicial.....	192
5.	Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa.....	193
6.	Revisão criminal.....	193
7.	Extensão do ressarcimento do dano.....	193
8.	Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal .....	194
9.	Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível.....	196
10.	Existência de sentença absolutória penal.....	198
11.	Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público .....	198
	• Ponto relevante para debate .....	200
	A eventual revogação do art. 68 do Código de Processo Penal pelo Estatuto da Advocacia.....	200
	Síntese .....	201

*Capítulo XII*  
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Conceito de jurisdição.....	203
2.	Princípios regentes da jurisdição criminal .....	204
	• Ponto relevante para debate .....	204
	Sobre a indelegabilidade da jurisdição .....	204
3.	Conceito de competência.....	205
4.	Competência absoluta e competência relativa .....	207
5.	Quadro geral de competência .....	207
6.	O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro .....	208
	6.1 O domicílio ou residência do réu como foro supletivo .....	211
	6.2 A matéria como regra específica de competência .....	213
	• Ponto relevante para debate .....	215
	O conflito de competência entre a Justiça Eleitoral e o Tribunal do Júri.....	215
	6.3 A prerrogativa de foro como regra específica de competência .....	219
	6.3.1 Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria.....	221

6.3.2	Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função .....	226
6.3.2.1	Magistrados e membros do Ministério Público .....	226
•	Ponto relevante para debate .....	227
	A conciliação entre o foro privilegiado decorrente da prerrogativa de função e a competência constitucional do Tribunal do Júri .....	227
6.3.2.2	Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado .....	228
6.3.2.3	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa .....	230
6.3.2.4	Exceção da verdade nos crimes contra a honra .....	230
•	Ponto relevante para debate .....	231
	Sobre a aplicação do art. 85 do Código de Processo Penal à hipótese da difamação .....	231
6.3.3	Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria .....	232
6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar .....	232
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal .....	232
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva .....	234
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência .....	235
6.5.1	Conceito de conexão .....	237
6.5.2	Conexão material e conexão processual .....	239
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo .....	240
6.5.4	Espécies de conexão .....	241
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade .....	241
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso .....	241
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade .....	242
6.5.4.4	Conexão objetiva .....	242
6.5.4.5	Conexão instrumental .....	243
6.5.5	Conceito de continência .....	243
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas .....	244
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso .....	244
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes .....	244
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência .....	245
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência .....	245

7. Regras para a eleição do foro prevalente.....	247
7.1 Competência prevalente do júri .....	248
7.1.1 Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia .....	248
7.1.2 Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri .....	249
7.2 Jurisdição da mesma categoria.....	249
7.3 Jurisdição de categoria diversa.....	250
7.3.1 Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição.....	252
7.4 Jurisdição comum e especial .....	252
7.4.1 Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual .....	252
7.4.2 Justiça Federal e contravenção penal.....	253
8. Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência.....	253
8.1 Jurisdição comum e jurisdição militar.....	253
8.2 Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude .....	254
8.3 Separação dos processos em face da superveniência de doença mental.....	255
8.4 Impossibilidade de julgamento de réu ausente.....	255
8.5 Separação dos processos em razão da recusa de jurados .....	256
9. Separação facultativa dos processos .....	256
9.1 Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado.....	256
9.2 Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados.....	257
9.3 Separação facultativa em face de motivo relevante.....	257
10. Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência .....	258
• Ponto relevante para debate.....	258
A composição lógica das regras previstas nos arts. 81, 82 e 492, § 1.º, do Código de Processo Penal.....	258
11. Conexão e continência no contexto das investigações policiais.....	260
12. Autoridade de jurisdição prevalente.....	260
13. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço .....	261
13.1 Crimes a bordo de embarcações.....	262
13.2 Crimes a bordo de aeronaves.....	263
13.3 Regra residual de competência .....	263
Síntese .....	264

### Capítulo XIII

#### INCIDENTES PROCESSUAIS

1. Introdução e conceitos .....	275
---------------------------------	-----

2.	Questões prejudiciais.....	276
2.1	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar.....	276
2.2	Prejudiciais homogêneas e heterogêneas.....	276
2.3	Prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	277
2.3.1	Prejudiciais obrigatórias.....	277
2.3.2	Prejudiciais facultativas .....	278
2.4	Prejudiciais devolutivas e não devolutivas .....	280
3.	Procedimentos incidentes.....	280
3.1	Exceções.....	280
3.1.1	Exceções de suspeição e de impedimento.....	281
3.1.2	Rol de causas de suspeição e de impedimento .....	282
3.1.3	Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício .....	282
3.1.4	Procedimento para a recusa do juiz.....	283
3.1.5	Procedimento do juiz.....	284
3.1.6	Consequências da procedência da exceção .....	286
3.1.7	Suspeição ou impedimento em tribunal .....	286
3.1.8	Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público .....	288
3.1.9	Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares.....	289
3.1.10	Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri.....	290
3.1.11	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	291
3.1.12	Exceção de incompetência.....	292
3.1.13	Formalidades para a interposição da exceção de incompetência.....	292
3.1.14	Exceção de litispendência .....	294
3.1.15	Formalidades para a interposição da exceção de litispendência .....	295
3.1.16	Exceção de ilegitimidade de parte .....	295
3.1.17	Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte .....	296
3.1.18	Exceção de coisa julgada .....	296
3.1.19	Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	297
3.1.20	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada .....	298
3.1.21	Limites da coisa julgada .....	298
3.1.22	Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada .....	301
3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção .....	301
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	301
3.2.1	Consequência do impedimento .....	303

3.3	Conflito de competência.....	303
3.3.1	Conflito de atribuição.....	304
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	305
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência .....	306
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência .....	306
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência .....	308
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal....	309
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito .....	309
3.4	Restituição de coisas apreendidas.....	310
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas .....	311
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração .....	313
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição.....	313
3.5	Medidas assecuratórias .....	314
3.5.1	Sequestro .....	314
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro .....	315
3.5.1.2	Procedimento do sequestro.....	316
3.5.1.3	Levantamento do sequestro .....	318
3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	319
3.5.2.1	Procedimento para a especialização .....	320
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas .....	321
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis.....	322
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto.....	322
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	323
3.6	Incidente de falsidade.....	324
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade.....	324
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento.....	325
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente.....	326
3.7	Incidente de insanidade mental.....	326
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental .....	327
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado...	329
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental ...	330
•	Ponto relevante para debate.....	331
	A possibilidade de internação por prazo indeterminado antes da conclusão do processo.....	331
3.8	Incidente de ilicitude de prova.....	331
Síntese .....		332

*Capítulo XIV*  
PROVAS

1.	Conceito e sentido de prova .....	337
2.	Meios de prova .....	338
2.1	Prova emprestada .....	339
2.2	Provas ilícitas.....	340
3.	Finalidade e objeto da prova.....	341
4.	Ônus da prova .....	342
4.1	Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz .....	344
5.	Sistemas de avaliação da prova.....	345
6.	Exame de corpo de delito e perícias em geral .....	347
6.1	Disposições gerais.....	347
6.2	Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito.....	350
6.3	Confissão e corpo de delito .....	351
	Exemplo histórico de formação da materialidade por confissão: o caso dos irmãos Naves.....	352
6.4	Formalização do laudo pericial.....	354
6.5	Autópsia (ou necropsia).....	357
6.6	Exumação e inumação .....	358
6.7	Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais .....	359
6.8	Exame de local .....	360
6.9	Exame laboratorial.....	360
•	Ponto relevante para debate .....	361
	A inexistência da colaboração do réu para a realização dos exames de laboratório, fornecendo material.....	361
6.10	Perícia em furto qualificado e crimes afins.....	361
6.11	Laudo de avaliação .....	362
6.12	Exame de local de incêndio.....	363
6.13	Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico).....	363
6.14	Exame dos instrumentos do crime .....	365
6.15	Quesitos na realização de perícia .....	366
6.16	Exame por precatória.....	366
6.17	Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial.....	366
6.18	Indeferimento da produção de prova pericial .....	369

7. Interrogatório .....	369
7.1 Conceito .....	369
7.2 Natureza jurídica do interrogatório .....	369
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório.....	370
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica.....	372
7.5 Presença do defensor.....	373
7.6 Interrogatório de réu preso .....	373
• Ponto relevante para debate.....	374
O interrogatório por meio de videoconferência e a ampla defesa.....	374
7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência .....	376
7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência .....	378
7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência .....	379
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório .....	379
7.8 Classificação do interrogatório.....	380
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio.....	381
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado.....	382
7.11 Colaboração das partes no interrogatório.....	383
7.12 Interrogatório em separado .....	384
7.13 Formas especiais de interrogatório .....	385
7.14 Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes.....	386
7.15 Formalização do interrogatório.....	387
7.16 Renovação do interrogatório .....	388
8. Confissão.....	388
8.1 Conceito de confissão .....	388
8.2 Natureza jurídica e objeto da confissão .....	389
8.3 Espécies de confissão .....	389
8.4 Valor e fundamentos da confissão.....	390
8.5 Conceito de delação .....	393
• Ponto relevante para debate.....	395
Prós e contras da delação premiada.....	395
8.5.1 A delação premiada e suas fontes legais.....	396
8.6 Critérios de avaliação da confissão e confronto com outras provas.....	398
8.7 Silêncio como elemento para o convencimento do juiz.....	399

8.8	Divisibilidade da confissão.....	399
8.9	Retratibilidade da confissão .....	400
9.	Do ofendido.....	400
9.1	Conceito de ofendido.....	400
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha.....	401
9.3	Obrigatoriedade da sua inquirição.....	402
9.4	Valor probatório da palavra da vítima .....	402
9.5	Reperguntas ao ofendido.....	403
9.6	Vítima não comete falso testemunho.....	404
9.7	Condução coercitiva e processo por desobediência .....	404
9.8	Comunicação dos atos processuais ao ofendido .....	405
9.9	Assistência ao ofendido .....	406
9.10	Preservação da intimidade do ofendido.....	406
10.	Prova testemunhal .....	407
10.1	Conceito de testemunha.....	407
10.2	Natureza jurídica .....	407
10.3	Classificação das testemunhas.....	407
10.4	Informante ou declarante .....	408
10.5	Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento.....	409
10.6	Depoimento do menor inimputável comparsa do réu .....	410
10.7	Corréu como testemunha.....	410
10.8	Testemunho único.....	411
10.9	A importância do compromisso.....	411
10.10	Proteção à testemunha.....	413
10.11	Recusa da testemunha em fornecer dados qualificadores ou grau de parentesco ou afinidade .....	413
10.12	Recusa em depor .....	414
10.13	Formalidades da colheita do depoimento.....	415
10.14	Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa .....	416
10.15	Proibição de depor .....	418
10.16	Impedimento legal para o compromisso.....	419
10.17	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público.....	419
10.18	Colheita dos depoimentos em separado .....	421
10.19	Finalização do sistema presidencialista de inquirição.....	421

• Ponto relevante para debate.....	423
A ordem de inquirição e a geração de nulidade.....	423
10.20 Apreciação pessoal da testemunha .....	425
10.21 Contradita .....	426
10.22 Redação do depoimento.....	427
10.23 Influência do acusado na colheita do depoimento .....	430
10.24 Regularidade da intimação da testemunha.....	431
10.25 Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória.....	433
10.26 Obrigatoriedade de participação do intérprete .....	436
10.27 Ausência, enfermidade e velhice da testemunha .....	437
11. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	437
11.1 Conceito de reconhecimento.....	437
11.2 Natureza jurídica .....	437
11.3 Reconhecimento fotográfico.....	438
11.4 Formalidades para o reconhecimento .....	438
11.5 Valor do reconhecimento como meio de prova .....	441
11.6 Reconhecimento informal.....	441
11.6.1 Reconhecimento por meio de videoconferência .....	442
11.7 Reconhecimento de coisa.....	442
11.8 Reconhecimento coletivo ou em grupo.....	442
11.9 Reconhecimento de imagens e vozes.....	442
12. Acareação .....	443
12.1 Conceito de acareação .....	443
12.2 Natureza jurídica .....	443
12.3 Valor da acareação.....	443
12.4 Admissibilidade da acareação.....	443
12.5 Objeto da acareação .....	444
12.6 Requerimento das partes ou procedimento de ofício.....	444
12.7 Procedimento do magistrado na condução da acareação.....	445
12.8 Acareação à distância.....	445
13. Prova documental.....	446
13.1 Conceito de documento .....	446
13.2 Regra para apresentação de documentos no processo .....	447
13.3 Documentos nominativo e anônimo.....	447

13.4 Fotografia do documento.....	448
13.5 Valoração e licitude do documento.....	448
13.6 Diligência de ofício .....	450
13.7 Documentos em língua estrangeira e a pública-forma .....	450
13.8 Finalização do processo e destino dos documentos .....	451
13.9 Documento e “documentação” .....	452
14. Prova indiciária .....	452
14.1 Conceito de indício .....	452
14.2 Indução .....	452
14.3 Integração entre indução e dedução .....	455
14.4 Valor probatório dos indícios .....	455
14.5 Diferença entre indício e presunção .....	456
14.6 Contraindícios .....	456
• Ponto relevante para debate .....	457
A formação do corpo de delito por indícios.....	457
15. Busca e apreensão .....	459
15.1 Conceito de busca e apreensão .....	459
15.2 Natureza jurídica .....	460
15.3 Momentos para a sua realização.....	461
• Ponto relevante para debate .....	461
A busca e apreensão determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito .....	461
15.4 Regras especiais de busca e apreensão.....	463
15.5 Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio.....	464
15.6 Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal .....	465
15.7 Mandado judicial certo e determinado .....	466
• Ponto relevante para debate .....	469
A licitude da abertura das cartas fechadas, encontradas no domicílio do acusado, verificando-se a utilidade do seu conteúdo para a formação da prova .....	469
15.8 Exigência do mandado judicial para a polícia.....	472
• Ponto relevante para debate.....	473
A validade da prisão em flagrante, após a constatação de crime permanente, quando do ingresso abusivo em domicílio .....	473
15.9 Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição.....	473
15.10 Dispensa do mandado de busca pessoal .....	475
15.11 Formalidades para a realização de busca domiciliar .....	476

• Ponto relevante para debate.....	477
O cumprimento do mandado de busca e apreensão pela Polícia Militar.....	477
• Ponto relevante para debate.....	480
A legitimidade da diligência de localização de outros objetos ilícitos, completamente fora do objetivo estipulado no mandado de busca, permitindo a descoberta de delito ignorado.....	480
15.12 Locais equiparados a domicílio.....	481
15.13 Busca em território alheio.....	481
Síntese.....	482

### Capítulo XV

#### AS PARTES NO PROCESSO PENAL

1. Juiz.....	487
1.1 O juiz como sujeito da relação processual.....	487
1.2 Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros.....	487
1.3 Regularidade do processo e princípio do impulso oficial.....	488
1.4 Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos.....	489
1.5 Suspeição do juiz.....	490
1.6 Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição.....	495
1.7 Criação proposital de animosidade por má-fé.....	495
2. Ministério Público.....	495
2.1 O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual.....	495
2.2 Impedimento do representante do Ministério Público.....	497
2.3 Funções principais no processo penal.....	498
3. Acusado.....	498
3.1 O acusado como parte na relação processual.....	498
3.2 Indisponibilidade do direito de defesa.....	499
3.3 Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova.....	500
4. Defensor.....	500
4.1 Critérios para nomeação, situação no processo e autodefesa.....	500
4.2 Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa <i>ad hoc</i> .....	505
4.3 Nomeação no termo e impedimento.....	506
5. Curador.....	506
6. Assistência.....	507
6.1 Assistente de acusação.....	507

6.2	Intervenção do ofendido.....	508
6.3	Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação .....	508
6.4	Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo .....	509
6.4.1	A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal.....	510
6.5	Recebimento da causa no estado em que estiver.....	510
6.6	Corréu como assistente.....	511
6.7	Atribuições do assistente .....	511
•	Ponto relevante para debate.....	513
	Sobre a possibilidade de o assistente de acusação arrolar testemunhas.....	513
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente .....	513
7.	Funcionários da Justiça .....	514
7.1	Denominação.....	514
7.2	Suspeição .....	515
8.	Peritos e intérpretes .....	515
8.1	Perito .....	515
8.2	Intérprete .....	515
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete.....	516
8.4	Disciplina judiciária do perito .....	516
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória....	516
8.6	Impedimento dos peritos.....	517
8.7	Suspeição dos peritos .....	518
	Síntese .....	518

### Capítulo XVI

## PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceito de prisão .....	519
2.	Fundamento constitucional da prisão.....	519
3.	Espécies de prisão processual cautelar .....	520
4.	Controle da legalidade da prisão .....	521
5.	Conceito de liberdade provisória.....	522
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória .....	522
7.	Formalidades da prisão .....	522
•	Ponto relevante para debate.....	528
	A inconstitucionalidade e ilegitimidade da prisão especial.....	528

8. Análise das modalidades de prisão cautelar.....	530
8.1 Prisão temporária.....	530
• Ponto relevante para debate.....	532
A prisão para averiguação.....	532
8.2 Prisão em flagrante.....	533
8.2.1 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório.....	535
• Ponto relevante para debate.....	536
A prisão em flagrante nos crimes de ação privada ou pública condicionada.....	536
8.2.2 Flagrante próprio ou perfeito.....	536
8.2.3 Flagrante impróprio ou imperfeito.....	537
8.2.4 Flagrante presumido.....	538
8.2.5 Flagrante preparado ou provocado.....	539
8.2.6 Flagrante forjado.....	540
8.2.7 Flagrante esperado.....	541
8.2.8 Flagrante diferido ou retardado.....	541
8.2.9 Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	541
8.2.10 Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	542
• Ponto relevante para debate.....	543
A efetividade do direito ao silêncio em face da prisão em flagrante.....	543
• Ponto relevante para debate.....	545
O relaxamento da prisão em flagrante promovido pela autoridade policial.....	545
• Ponto relevante para debate.....	546
A apresentação espontânea do autor do delito à autoridade policial e a prisão em flagrante.....	546
8.2.11 Controle jurisdicional da prisão em flagrante.....	547
8.3 Prisão preventiva.....	548
8.3.1 Momento da decretação e período de duração.....	549
• Ponto relevante para debate.....	551
A justa medida da razoabilidade e da proporcionalidade na prática.....	551
8.3.2 Requisitos para a decretação da prisão preventiva.....	552
8.3.3 Fundamentação da prisão preventiva.....	556
8.3.4 Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva.....	557

8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu.....	559
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado.....	559
8.4	Prisão decorrente de pronúncia.....	559
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	561
•	Ponto relevante para debate.....	563
	A prisão para recorrer, o tempo de espera para o julgamento da apelação e o princípio da razoabilidade.....	563
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão.....	564
8.6.1	Espécies de medidas cautelares.....	564
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares.....	565
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa.....	567
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa.....	567
•	Ponto relevante para debate.....	567
	A decretação da prisão preventiva, para qualquer crime, em caso de descumprimento de medida cautelar alternativa.....	567
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas.....	568
8.7	Prisão domiciliar.....	569
9.	Liberdade provisória.....	570
9.1	Liberdade provisória com fiança.....	570
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança.....	572
9.1.2	Valor da fiança.....	574
9.1.3	Condições da fiança.....	575
9.1.4	Fiança definitiva.....	576
9.1.5	Consequências possíveis da fiança.....	579
10.	Liberdade provisória sem fiança.....	581
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema.....	582
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória.....	584
	Síntese.....	585

*Capítulo XVII*  
CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1.	Conceito de citação.....	587
2.	Formas de citação.....	588

2.1	Citação por mandado.....	588
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades.....	591
2.2	Citação do militar.....	591
2.3	Citação do funcionário público.....	592
2.4	Citação do réu preso.....	592
2.5	Citação por edital e por hora certa.....	592
2.5.1	Conteúdo do edital.....	594
3.	Suspensão do processo e da prescrição.....	594
•	Ponto relevante para debate.....	596
	A suspensão do processo em face de citação por hora certa.....	596
•	Ponto relevante para debate.....	598
	A inexistência de revelia, a ausência e seus efeitos no processo penal.....	598
4.	Conceito de intimação.....	600
5.	Procedimento para as intimações.....	601
	Síntese.....	602

### Capítulo XVIII

#### SENTENÇA

1.	Conceito de sentença.....	603
2.	Outros atos jurisdicionais.....	604
3.	Natureza jurídica da sentença.....	604
4.	Outras classificações.....	605
5.	Conteúdo da sentença.....	605
6.	Modificação da definição jurídica do fato.....	606
7.	Correlação entre acusação e sentença.....	608
•	Ponto relevante para debate.....	609
	O princípio da ampla defesa e a alteração da definição jurídica do fato, promovida pelo juiz, na sentença.....	609
8.	Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato.....	611
9.	Independência do juiz para julgar.....	613
10.	Absolvição vinculada.....	615
11.	Elementos da sentença condenatória.....	616
•	Ponto relevante para debate.....	617
	A fixação do valor mínimo para a reparação civil do dano causado pela infração penal.....	617

11.1 Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	618
12. Publicação e intimação da sentença .....	618
13. Efeitos da sentença condenatória.....	620
Síntese .....	620

*Capítulo XIX*  
PROCEDIMENTOS

1. Processo e procedimento .....	623
2. Procedimento e devido processo legal .....	623
• Ponto relevante para debate.....	624
A regionalização dos procedimentos em processo penal .....	624
3. Procedimento comum e procedimento especial.....	625
4. Procedimento comum.....	626
4.1 Procedimento ordinário .....	626
4.2 Procedimento sumário.....	631
4.3 Procedimento sumaríssimo.....	632
5. Procedimentos especiais .....	633
5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais .....	633
5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo.....	634
5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos.....	638
5.4 Procedimento dos crimes falimentares .....	639
5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos ..	645
5.6 Procedimento dos crimes contra a honra .....	648
5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	652
5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos .....	656
Síntese .....	660

*Capítulo XX*  
TRIBUNAL DO JÚRI

1. Origem histórica do Tribunal do Júri.....	677
2. O Júri na Constituição Federal.....	679
3. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário.....	680

4. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	681
5. A formação da culpa no procedimento do júri.....	682
6. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação.....	683
7. Pronúncia.....	686
7.1 Requisitos para a pronúncia.....	686
7.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados.....	688
• Ponto relevante para debate.....	689
A extensão da fundamentação da decisão de pronúncia.....	689
7.3 Os crimes conexos na pronúncia.....	691
7.4 Alteração da classificação do crime.....	691
7.5 Possibilidade de correção da pronúncia.....	692
8. Impronúncia.....	693
• Ponto relevante para debate.....	694
A inconveniência da impronúncia.....	694
9. Desclassificação da infração penal.....	694
• Ponto relevante para debate.....	695
A possibilidade de haver conflito negativo de competência após a desclassificação.....	695
10. Absolvição sumária.....	697
• Ponto relevante para debate.....	698
A absolvição sumária proferida por juiz togado e a competência constitucional do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	698
11. Intimação da pronúncia.....	699
12. Libelo crime-acusatório.....	700
12.1 Conceito.....	700
• Ponto relevante para debate.....	700
A eliminação do libelo.....	700
13. Fase de preparação do Plenário.....	701
13.1 Justificação.....	702
13.2 Desaforamento.....	703
13.3 Supressão de nulidade.....	707
13.4 Providências para o julgamento.....	707
14. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado.....	709
14.1 Organização do Júri.....	709

• Ponto relevante para debate.....	711
A composição do Tribunal do Júri e a garantia de ocorrência de um julgamento imparcial do réu pelos próprios pares.....	711
14.2 Composição do Júri.....	712
14.3 Função do jurado.....	712
15. Julgamento em Plenário.....	716
15.1 Formalidades iniciais.....	716
• Ponto relevante para debate.....	717
A legitimidade do empréstimo de jurados de um Plenário para outro, formando-se o <i>quorum</i> mínimo para o início da sessão de julgamento.....	717
• Ponto relevante para debate.....	718
O alcance da publicidade do julgamento pelo Tribunal do Júri: a transmissão ao vivo pelos meios de comunicação.....	718
• Ponto relevante para debate.....	720
O uso de algemas pelo réu em Plenário.....	720
15.2 Formação do Conselho de Sentença.....	723
15.3 Interrogatório do réu.....	727
15.4 Relatório do processo e leitura de peças.....	729
15.5 Produção da prova testemunhal.....	729
15.6 Debates.....	731
• Ponto relevante para debate.....	731
Os acordos feitos pelas partes antes de iniciar o julgamento em Plenário e a soberania do Tribunal do Júri.....	731
• Ponto relevante para debate.....	733
O direito ao aparte.....	733
• Ponto relevante para debate.....	734
A inovação da tese da defesa durante a tréplica.....	734
• Ponto relevante para debate.....	737
A vedação de referências a determinadas peças dos autos e situações ocorridas...	737
15.7 Procedimento para o julgamento.....	738
• Ponto relevante para debate.....	740
O julgamento realizado em sala secreta e o princípio constitucional da publicidade.....	740
15.8 Quesitos e questionário.....	742
15.8.1 Regras para a redação do questionário.....	744

• Ponto relevante para debate .....	748
A viabilidade do quesito relativo à continuidade delitiva .....	748
• Ponto relevante para debate .....	749
A elaboração de quesitos em relação às agravantes e atenuantes.....	749
• Ponto relevante para debate .....	751
A iniciativa de fazer inserir o quesito do falso testemunho ou da falsa perícia no questionário .....	751
15.9 Votação em sala secreta .....	752
15.10 Sentença do Juiz Presidente .....	755
• Ponto relevante para debate .....	757
A desclassificação imprópria e suas consequências na votação do questionário e no julgamento da causa.....	757
15.11 Ata do julgamento .....	760
15.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri.....	762
• Ponto relevante para debate .....	762
O controle da eficiência da acusação pelo juiz presidente, do mesmo modo que faz no tocante à defesa .....	762
Síntese .....	764

### Capítulo XXI

#### NULIDADES

1. Conceito .....	767
2. Atos inexistentes e irregulares .....	768
3. Princípios que regem as nulidades .....	769
3.1 Não há nulidade sem prejuízo .....	769
3.2 Não há nulidade provocada pela parte .....	770
3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária .....	770
3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa .....	771
3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes.....	771
4. Desatendimento de normas constitucionais .....	772
5. Nulidade em inquérito policial .....	772
6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas .....	773
7. Espécies de nulidade absoluta .....	774
7.1 Incompetência.....	774

7.1.1	Coisa julgada e incompetência.....	774
7.1.2	Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial.....	775
7.2	Suspeição e impedimento.....	776
7.3	Suborno do juiz.....	776
7.4	Ilegitimidade de parte.....	776
7.5	Ausência de denúncia ou queixa e representação.....	777
7.6	Ausência do exame de corpo de delito.....	777
7.7	Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador.....	778
7.8	Falta de citação, ampla defesa e contraditório.....	779
7.9	Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	779
7.10	Ausência do réu e realização da sessão.....	780
7.11	<i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri.....	780
7.12	Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	780
7.13	Inexistência dos quesitos e suas respostas.....	781
7.14	Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri.....	781
7.15	Ausência da sentença.....	782
7.16	Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	782
7.17	Ausência de intimação para recurso.....	782
7.18	Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão.....	783
7.19	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	783
8.	Espécies de nulidade relativa.....	783
8.1	Infringência à regra da prevenção.....	783
8.2	Falta de intervenção do Ministério Público.....	784
8.3	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	784
8.4	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência.....	785
8.5	A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade... ..	785
8.6	Ausência da forma legal dos atos processuais.....	786
9.	Momento para arguição das nulidades relativas.....	786
10.	Convalidação das nulidades.....	787
	Síntese.....	788

## Capítulo XXII

### RECURSOS

1.	Fundamento constitucional do recurso.....	791
----	---	-----

2. Conceito de recurso.....	792
3. Natureza jurídica do recurso.....	793
4. Características fundamentais dos recursos.....	793
5. Efeitos dos recursos.....	794
6. Recurso de ofício.....	795
7. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos.....	796
7.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso.....	796
7.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público.....	796
7.3 Múltipla legitimidade recursal.....	797
• Ponto relevante para debate.....	797
A consequência da divergência entre o réu e seu defensor na apresentação de recurso.....	797
7.4 Interesse recursal.....	799
7.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	800
7.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos.....	803
7.7 Princípio da fungibilidade dos recursos.....	803
• Ponto relevante para debate.....	804
O parecer do Ministério Público em grau de recurso e os princípios do contraditório, da ampla defesa e da igualdade processual.....	804
8. Recurso em sentido estrito.....	805
8.1 Conceito.....	805
8.2 Cabimento.....	806
8.3 Processamento do recurso em sentido estrito.....	815
9. Correição parcial.....	818
9.1 Conceito.....	818
9.2 Natureza jurídica da correição.....	818
• Ponto relevante para debate.....	819
O respaldo constitucional da correição parcial e sua aplicação prática.....	819
9.3 Processamento.....	820
10. Reclamação.....	821
10.1 Conceito de reclamação.....	821
10.2 Fundamento constitucional.....	822
10.3 Processamento da reclamação.....	822
11. Agravo em execução criminal.....	823
11.1 Conceito de agravo em execução criminal.....	823

11.2 Rito do agravo .....	823
12. Apelação .....	825
12.1 Conceito de apelação .....	825
12.2 Hipóteses de cabimento da apelação .....	825
12.3 Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros .....	831
12.4 Processamento da apelação .....	834
12.5 Trâmite no tribunal .....	837
• Ponto relevante para debate .....	840
A possibilidade de conciliar a vedação da <i>reformatio in pejus</i> e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri, quando houver nulidade do primeiro julgamento, reconhecida em apelação apresentada pelo réu .....	840
13. Agravo nos tribunais .....	842
13.1 Conceitos .....	842
13.2 Processamento .....	842
14. Protesto por novo júri .....	843
14.1 Conceito e razão histórica da sua existência .....	843
14.2 Inconveniência da manutenção do recurso e sua revogação .....	843
14.3 Consequências imediatas da sua revogação .....	844
15. Embargos de declaração .....	845
15.1 Conceito e extensão .....	845
15.2 Processamento dos embargos de declaração .....	846
16. Carta testemunhável .....	848
16.1 Conceito e natureza jurídica .....	848
16.2 Cabimento e processamento da carta testemunhável .....	848
17. Embargos infringentes e de nulidade .....	850
17.1 Conceito .....	850
17.2 Processamento .....	851
18. Recursos extraordinário e especial .....	852
18.1 Conceito de recurso extraordinário .....	852
18.2 Conceito de recurso especial .....	854
18.3 Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário .....	855
18.4 Reexame de matéria de fato .....	855
18.5 Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário .....	855
18.6 Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria .....	857
19. Recurso ordinário constitucional .....	859

20. Embargos de divergência .....	860
21. Normas disciplinadoras da competência recursal .....	860
Síntese .....	862

*Capítulo XXIII*  
AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. Introdução.....	865
2. Revisão criminal.....	866
2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica.....	866
2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal .....	867
2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais .....	869
• Ponto relevante para debate .....	870
A revisão criminal e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri .....	870
2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão criminal.....	872
2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido.....	875
2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento .....	877
• Ponto relevante para debate .....	879
A possibilidade de libertação provisória do réu até o julgamento da revisão criminal.....	879
2.7 Indenização pelo erro judiciário.....	880
3. <i>Habeas corpus</i> .....	883
3.1 Conceito de <i>habeas corpus</i> .....	883
3.2 Origem no Brasil.....	884
3.3 Ampliação do seu alcance .....	885
• Ponto relevante para debate .....	885
O <i>habeas corpus</i> para anular o julgamento e a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri .....	885
3.4 Natureza jurídica .....	886
3.5 Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização .....	887
3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento .....	888
3.7 Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i> .....	890
3.7.1 Regras gerais .....	890
3.7.2 Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	891
3.7.3 Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	893

3.7.3.1	Prequestionamento em <i>habeas corpus</i> .....	893
3.7.4	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	894
3.7.5	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	894
3.7.5.1	Promotor de justiça como autoridade coatora.....	895
3.8	Legitimidade ativa e passiva.....	895
•	Ponto relevante para debate.....	898
	O particular como <i>parte coatora</i> no polo passivo do <i>habeas corpus</i> .....	898
3.9	Formalidades e condições da impetração.....	898
•	Ponto relevante para debate.....	901
	A decisão do juiz, o pedido de reconsideração e a impetração do <i>habeas corpus</i> no Tribunal.....	901
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação.....	902
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares.....	902
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i> .....	904
•	Ponto relevante para debate.....	905
	A restrição à produção de prova no <i>habeas corpus</i> .....	905
•	Ponto relevante para debate.....	906
	O ônus da prova no <i>habeas corpus</i> .....	906
4.	Mandado de segurança.....	908
4.1	Conceito.....	908
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal.....	908
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	910
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	910
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	910
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	910
4.3	Alguns aspectos do processamento.....	910
4.3.1	Medida liminar.....	910
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	911
4.3.3	Petição inicial.....	911
4.3.4	Litisconsórcio necessário.....	911
4.3.5	Direito líquido e certo.....	912
4.3.6	Prazo para ajuizamento.....	912
4.3.7	Custas, despesas e honorários.....	912

4.3.8 Efeitos da sentença sobre a liminar.....	912
4.3.9 Participação do Ministério Público .....	912
4.3.10 Recursos cabíveis.....	913
Síntese .....	913

*Capítulo XXIV*  
REABILITAÇÃO

1. Conceito de reabilitação.....	915
2. Procedimento .....	915
3. Recurso de ofício.....	916
4. Comunicação ao Instituto de Identificação.....	917
5. Revogação da reabilitação.....	917
Síntese .....	917

*Capítulo XXV*  
RELAÇÕES JURISDICIONAIS  
COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Fundamento constitucional.....	919
2. Regras especiais.....	920
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais.....	921
3.1 Formalidades para a homologação.....	922
4. Carta rogatória .....	923
4.1 Conceito de carta rogatória .....	923
4.2 Outras diligências.....	924
4.3 Carta rogatória vinda do exterior.....	924
Síntese .....	925

*Capítulo XXVI*  
DISPOSIÇÕES GERAIS  
DO PROCESSO PENAL

1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais.....	927
2. Publicidade dos atos processuais em geral .....	928
3. Comportamento em audiências.....	929

4. Realização dos atos processuais .....	930
5. Conceito de prazo e contagem .....	930
• Ponto relevante para debate .....	933
O início da contagem quando a intimação for feita por mandado ou precatória ..	933
6. Retirada dos autos de cartório.....	935
7. Custas nos processos criminais.....	935
• Ponto relevante para debate.....	936
A sucumbência e sua regulação no processo penal quanto à verba honorária.....	936
8. Estatísticas criminais .....	937
Síntese .....	938

*Capítulo XXVII*  
EXECUÇÃO PENAL

1. Conceito de execução penal e individualização executória da pena.....	939
2. Natureza jurídica da execução penal.....	940
3. Autonomia do Direito de Execução Penal.....	941
4. Humanização da execução penal.....	942
5. Objetivos da pena e da medida de segurança .....	942
6. Garantias processuais mínimas.....	943
7. Aplicação da Lei de Execução Penal ao preso provisório.....	943
8. Jurisdição ordinária e jurisdição especial .....	944
9. Preservação de direitos não atingidos pela condenação.....	945
• Ponto relevante para debate .....	947
Sobre o direito à visita íntima.....	947
10. Direitos políticos.....	948
11. Cooperação da comunidade na execução das penas.....	949
12. Exame de classificação e individualização da pena .....	949
• Ponto relevante para debate .....	951
A identificação genética e a imunidade contra autoacusação.....	951
13. Composição da Comissão Técnica de Classificação .....	953
14. Deveres do condenado e do preso provisório .....	954
15. Faltas do condenado e do preso provisório.....	955
• Ponto relevante para debate.....	956
A posse de telefone celular e o princípio da legalidade na execução penal.....	956

• Ponto relevante para debate.....	957
A falta grave e a vedação ao direito de visita .....	957
15.1 Regime disciplinar diferenciado.....	958
• Ponto relevante para debate.....	960
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	960
15.2 Apuração das faltas e imposição de sanções.....	961
• Ponto relevante para debate.....	962
A necessidade da defesa técnica ou da autodefesa para a apuração de falta grave.....	962
16. Órgãos da execução penal.....	963
17. Competência do juiz da execução criminal.....	967
18. Atuação do Ministério Público na execução criminal.....	969
19. Estabelecimentos penais .....	970
20. Início da execução penal e desenvolvimento .....	972
20.1 Execução provisória da pena .....	973
20.2 Regressão .....	978
20.2.1 Regressão cautelar .....	979
20.3 Regras do regime aberto.....	979
20.3.1 Prisão albergue domiciliar .....	980
21. Motivação das decisões do juiz .....	980
22. Contraditório e ampla defesa na execução penal .....	980
23. Saídas do condenado do estabelecimento penal.....	981
24. Remição.....	982
25. Livramento condicional .....	986
26. Penas restritivas de direitos .....	988
• Ponto relevante para debate.....	989
A inutilidade da pena de proibição do exercício de trabalho honesto.....	989
27. Suspensão condicional da pena.....	990
28. Pena de multa .....	991
29. Medidas de segurança .....	992
30. Incidentes de execução.....	993
30.1 Conversões .....	993
• Ponto relevante para debate.....	994
O limite para a medida de segurança após a conversão da pena.....	994
30.2 Excesso ou desvio de execução.....	995
30.3 Anistia e indulto .....	995

31. Caráter jurisdicional da execução criminal.....	996
32. Recurso na execução penal.....	998
33. Monitoração eletrônica .....	998
• Ponto relevante para debate.....	999
A monitoração eletrônica e a dignidade da pessoa humana .....	999
Síntese .....	999
BIBLIOGRAFIA .....	1001
OBRAS DO AUTOR.....	1041